

A Revista HISTEDBR On-line publica artigos resultantes de estudos e pesquisas científicas que abordam a educação como fenômeno social em sua vinculação com a reflexão histórica

Correspondência ao Autor

Nome: Maria Carla Corrochano
E-mail: mcarla@ufscar.br
Instituição: Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Submetido: 07/12/2022

Aprovado: 08/12/2022

Publicado: 21/12/2022

 10.20396/rho.v22i00.8671757

e-Location: e022058

ISSN: 1676-2584

Como citar ABNT (NBR 6023):

CORROCHANO, M. C.; ARANCIBIA, M.; MIRANDA, A. Transições juvenis na Argentina e no Brasil: trabalho, educação e família. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 22, p. 1-24, 2022. DOI:

10.20396/rho.v22i00.8671757.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8671757>. Acesso em: 21 dez. 2022.

Distribuído Sobre



Checagem Antiplágio



TRANSIÇÕES JUVENIS NA ARGENTINA E NO BRASIL: TRABALHO, EDUCAÇÃO E FAMÍLIA



Lattes

Maria Carla Corrochano*

Universidade Federal de São Carlos



Lattes

Milena Arancibia**

Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales



Lattes

Ana Miranda***

Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales

RESUMO

Partindo da relevância em considerar as inter-relações entre estudos, trabalho e vida familiar na análise das transições juvenis, especialmente para a realidade da América Latina, o artigo apresenta parte dos resultados de uma pesquisa-ação realizada em São Paulo e em Buenos Aires com objetivo de contribuir para a construção de políticas públicas de geração de trabalho e renda para jovens. Entre os anos de 2019 e 2021 foram aplicados questionários e realizadas entrevistas com jovens moradores de regiões periféricas nos dois municípios. Os resultados destacam a importância que a dimensão familiar em sua interface com a educação e o trabalho ganhou nas trajetórias juvenis, especialmente considerando o agravamento das desigualdades de gênero no contexto da pandemia de covid-19. As investigações em ambos os países mostram que estas desigualdades se manifestam mesmo em diferentes contextos e para diferentes perfis de jovens.

PALAVRAS-CHAVE: Jovens. Transições juvenis. Trabalho. Educação. Família. Gênero. Pandemia de covid-19.

YOUTH TRANSITIONS IN ARGENTINA AND BRAZIL: WORK, EDUCATION AND FAMILY

Abstract

Based on the relevance of considering the relationship between study, work and family life in the analysis of youth transitions in the Latin American context, the article presents part of the results of an action-research carried out in São Paulo and Buenos Aires aimed to contribute to the construction of public policies to generate work and income for young people. During 2019 and 2021, questionnaires were applied and interviews were conducted with young people living in peripheral regions of both urban centers. The results highlight the importance of family dimension in its interface with education and work in young people's trajectories, especially considering the worsening of gender inequalities in the context of the Covid-19 pandemic. The research results in both countries showed that these inequalities are stated even in different contexts and for different profiles of young people.

Keywords: Youth. Youth Transitions. Work. Education. Family. Gender inequalities. Covid-19 pandemic.

TRANSICIONES JUVENILES EN ARGENTINA Y BRASIL: TRABAJO, EDUCACIÓN, Y FAMILIA

Resumen

Partiendo de la relevancia de considerar la interrelación entre estudio, trabajo y vida familiar en el análisis de las transiciones juveniles en el contexto de América Latina, el artículo presenta parte de los resultados de una investigación-acción realizada en São Paulo y Buenos Aires que tuvo por objetivo contribuir a la construcción de políticas públicas para generar trabajo e ingresos para los jóvenes. Entre 2019 y 2021 se aplicaron cuestionarios y se realizaron entrevistas a jóvenes residentes en regiones periféricas de ambos centros urbanos. Los resultados destacan la importancia que la dimensión familiar adquirió en su interfaz con la educación y el trabajo en las trayectorias de los jóvenes, especialmente considerando el recrudecimiento de las desigualdades de género en el contexto de la pandemia del Covid-19. Los resultados de las investigaciones en ambos países mostraron que estas desigualdades se manifiestan incluso en diferentes contextos y para diferentes perfiles de jóvenes.

Palabras-clave: Jóvenes. Transiciones juveniles. Trabajo. Educación. Familia. Desigualdades de Género. Pandemia covid-19.

INTRODUÇÃO

Em seu livro *Passageiros da Noite*, Miguel Arroyo nos convida a olhar para os jovens e adultos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) considerando a importância e a presença do trabalho desde muito cedo em seus trajetos. É preciso conhecer estes estudantes e seus deslocamentos para completar seus “[...] percursos escolares e humanos.” (ARROYO, 2017, p. 22). Se a presença do trabalho nas trajetórias dos sujeitos e sujeitas da EJA é inegável, parece-nos fundamental também dar centralidade para o lugar dessa dimensão e para as múltiplas e complexas combinações entre estudos e trabalho para o conjunto daqueles e daquelas que hoje são considerados jovens, tanto no Brasil, quanto em outros países da América Latina.

Análise de dados relativos a pesquisas domiciliares realizadas em 18 países da América Latina pela CEPAL, evidencia que 51,5% de jovens entre 15 e 29 anos trabalhavam ou combinavam trabalho e estudos em 2019, enquanto apenas 27% dedicavam-se exclusivamente aos estudos e 21,5% não estudavam e não trabalhavam. (ABRAMO, 2021). Mas se o trabalho é uma realidade entre a juventude latino-americana, é preciso considerar que essa presença é muito desigual, seja em função dos dados relativos à inserção, seja em relação ao tipo de trabalho acessado e aos índices de desemprego e informalidade.

Um amplo conjunto de estudos e de diagnósticos realizados recentemente em torno da situação de jovens no mundo do trabalho evidenciou que foram os jovens¹ pertencentes a famílias de mais baixa renda, mulheres e negros, moradores de regiões periféricas² os mais afetados pelas dificuldades de acessar o mercado de trabalho, e especialmente trabalhos de maior qualidade, mesmo com a ampliação das oportunidades educacionais, como observado nas últimas décadas, caracterizando uma geração mais escolarizada em relação à geração anterior nos diferentes países da América Latina e particularmente no Brasil e na Argentina, foco deste artigo.

Considerando a condição de atividade, a variação segundo o gênero é bastante expressiva: em 2019, enquanto 61,9 % dos jovens homens apenas trabalhavam ou combinavam trabalho e estudos, 41,4 % das jovens mulheres estavam nessa situação nos países da América Latina investigados pela CEPAL. No contexto da pandemia do novo coronavírus foram as jovens mulheres que mais tiveram dificuldades de permanecer no mercado de trabalho, tendo assumido parte significativa do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado. (ABRAMO, 2021).

O olhar para essas desigualdades e mais especificamente para as desigualdades de gênero tornam imprescindível não apenas considerar a realidade de trabalho e de estudos dos jovens, mas também as dinâmicas familiares. Se a condição socioeconômica das famílias sempre foi uma variável presente e fundamental na análise da condição juvenil, outros elementos da vida familiar, tais como morar ou não com a família de origem, ser ou não casado, ter ou não filhos, ser mais ou menos responsável pelos afazeres domésticos, também aparecem como relevantes para compreensão de suas experiências e trajetórias. Vida

familiar, vida escolar e vida profissional apresentam-se de maneira combinada nas múltiplas trajetórias juvenis e os pontos de inflexão em uma ou em outra dimensão podem influenciar todas as demais, virando e revirando os rumos da vida. (CAMARANO, 2006; CORROCHANO, 2012; GUIMARÃES; BRITO; COMIN, 2020; PAIS, 2001).

A partir do reconhecimento da presença e dos desafios vividos por jovens no mundo do trabalho, pesquisadoras do Brasil e da Argentina, realizaram um projeto de pesquisa³ que estabeleceu como principal objetivo contribuir para a construção de políticas públicas de geração de trabalho e renda para segmentos juvenis, sem desconsiderar a importância da educação e da vida familiar e as múltiplas e complexas combinações entre trabalho, estudos e vida familiar em suas trajetórias.

Entre os anos de 2019 e 2021 foram aplicados questionários e entrevistados jovens moradores de regiões periféricas dos municípios de São Paulo e de Buenos Aires, para além da construção de experiências locais de geração de trabalho. Ainda que a pesquisa não tenha partido de uma perspectiva comparativa e as amostras, de caráter não aleatório, tenham sido compostas por diferentes perfis juvenis, trata-se de evidenciar a importância que a dimensão familiar e suas interfaces com a educação e com o trabalho ganharam nos resultados do estudo realizado em cada um dos países, especialmente considerando o acirramento das desigualdades de gênero no contexto pandêmico.

Este será o foco do artigo aqui apresentado que se divide em quatro partes para além desta introdução: em um primeiro momento serão apresentadas reflexões sobre a importância da dimensão do trabalho para a pesquisa em educação, bem como o lugar que a categorias trabalhador-estudante e estudante-trabalhador tiveram a partir da expansão da escolarização para as camadas populares, ao mesmo tempo em que se evidencia a necessidade de incorporação da vida familiar na análise dos percursos juvenis, em especial daqueles que moram em periferias urbanas. Em um segundo momento, o foco serão os procedimentos metodológicos da pesquisa realizada nos dois países, que contou com a participação dos próprios jovens dos territórios investigados, em uma metodologia de pesquisa entre pares. Em um terceiro momento são apresentados os resultados, focalizando as convergências encontradas nas pesquisas, reveladoras da importância da incorporação da vida familiar nas análises e das expressivas desigualdades de gênero, que persistem mesmo quando observados contextos e perfis juvenis diversos. Por fim, serão tecidas algumas considerações finais com destaque para a importância do enfoque de gênero para análise das transições juvenis.

TRANSIÇÕES JUVENIS: TRABALHO, ESTUDOS E VIDA FAMILIAR

A reflexão sobre o lugar do trabalho nas trajetórias juvenis não pode ignorar a importância que a dimensão do trabalho tem alcançado no campo da educação. Em primeiro

lugar, o próprio olhar para o trabalho enquanto dimensão central da vida humana; forma de criação e recriação dos meios de vida em nossa sociedade e que não pode ser reduzido ao conceito de emprego. (FRIGOTTO, 2004). Em segundo lugar, a problematização da separação entre educação e trabalho, historicamente produzida no contexto da sociedade de classes. Antes desta divisão, e da própria constituição da escola, o aprendizado humano estava vinculado à própria produção da existência, fazendo coincidir educação e trabalho. (SAVIANI, 2007).

Os esforços da pedagogia marxiana, gramsciana e do próprio movimento operário têm sido importantes para recolocar a importância do trabalho no campo da educação a partir da perspectiva do trabalho como princípio educativo. (ARROYO, 2017). Embora o trabalho no capitalismo seja uma experiência mais deformadora do que formadora, uma “[...] escola não burguesa [...]” poderia recuperar o sentido do trabalho como produtor e libertador do próprio homem e não como mero produtor de mercadorias. (ARROYO, 1987; NOSELLA, 2007).

Ao mesmo tempo, a reflexão sobre o trabalho seja no campo da pesquisa educacional, seja na construção de currículos ou no interior das próprias escolas e universidades, não pode se furtar a olhar para a “[...] radicalidade das experiências de trabalho [...]” vividas por jovens e adultos, o que significa garantir o próprio direito à educação (ARROYO, 2017, p. 45):

É menos exigente para um projeto radical de sua educação vê-los como carentes a suprir carências de habilidades escolares do que reconhecê-los como trabalhadores e articular um projeto de educação com a radicalidade de suas experiências de trabalho. Quando o ponto de partida é reconhecê-los como trabalhadores, a proposta de garantir seu direito à educação é obrigada a ter como referência os trabalhos de que sobrevivem, se trabalham em trabalhos precarizados, se têm dificuldade de articular tempos de trabalho-sobrevivência e tempos de escola. Se são injustiçados da ordem social, econômica e até escolar como trabalhadores. (ARROYO, 2017, p. 45).

A realidade concreta de trabalho dos jovens da América Latina foi ponto de partida para nossa pesquisa. Esta mesma realidade também tornou fundamental enriquecer o próprio conceito de trabalho, tendo como referência os estudos de gênero e feministas: “[...] de simples produção de objetos, de bens, o trabalho se transforma naquilo que alguns chamam de produção do viver em sociedade [...]” (KERGOAT, 2016, p. 12), contemplando assim o trabalho doméstico, de produção de seres humanos, de cuidado, além do trabalho cooperativo e do militante. O trabalho produz e ao mesmo tempo é produto de uma sociedade, sendo perpassado por diferentes relações sociais, tais como as relações de classe, de raça, de etnia, de sexo/gênero e de idade. (SOARES, 2011).

Ainda que durante muitos anos os estudos de juventude, sobretudo no contexto dos países dito desenvolvidos, tenham dado centralidade à transição escola-trabalho, em anos recentes várias análises têm incorporado outras dimensões e contribuído para complexificar os fatores que interferem nas transições juvenis para a vida adulta. A própria ideia de

transição modifica-se e ganha marcos diversos de interpretação no interior dos estudos de juventude. (MIRANDA, 2015). Torna-se cada vez mais evidente que as dificuldades de inserção juvenil no mercado de trabalho não podem ser tomadas de modo isolado, já que afetam a transição para a vida adulta como um todo. Nesse sentido, a transição passa a ser compreendida em sua multidimensionalidade. Não só a transição da escola para o trabalho, mas também as transições vividas na esfera familiar, o espaço geográfico, o contexto histórico e as políticas públicas existentes passam a ser considerados (CUERVO, WYN, 2017; WARR, 2015).

Ao mesmo tempo, há um questionamento em torno do olhar para essas transições a partir de uma sequência linear e progressiva de eventos. O término da escolaridade, o ingresso no mercado de trabalho, a saída da casa de origem, o casamento e o nascimento do primeiro filho antes tomados como marcadores do fim da juventude e início da vida adulta passam a ser problematizados. As transformações na esfera do trabalho a partir dos anos 1970, refletidas na crise da sociedade assalariada, ao lado da crescente escolarização e da simultânea dificuldade de inserção no mercado de trabalho enfrentada por muitos jovens, as significativas transformações nas dinâmicas familiares e o enfraquecimento dos mecanismos sociais de proteção, embaralham os marcos de entrada na vida adulta, tal como previamente concebidos. O período de formação estende-se, e não há necessariamente entrada no mercado de trabalho; a independência financeira pode não ser acompanhada pela saída da casa de origem ou pela constituição de uma nova família. Muitas outras combinações entre trabalho, escola e família são possíveis e, além disso, ampliam-se as possibilidades de que essas combinações sejam marcadas por imprevisibilidades e reversibilidades. (PAIS, 2001).

No caso do Brasil e da Argentina, assim como de vários outros países da América Latina, a preocupação sempre foi menos com a transição escola-trabalho ou com os processos de transição para a vida adulta, e muito mais com a presença do trabalho nas trajetórias juvenis, mesmo antes da idade legal para o exercício de uma ocupação, assim como a combinação entre trabalho e estudos. No Brasil, por exemplo, já nos anos 1980, Felícia Madeira reconhecia o lugar e a importância do trabalho entre os jovens brasileiros, inclusive para a constituição de uma identidade juvenil. (MADEIRA, 1986).

Ao mesmo tempo, quando a partir desse mesmo período observa-se a maior presença de estudantes das camadas populares na escola, em especial na escola noturna, em virtude do processo de ampliação das oportunidades na escola pública, a produção teórica do campo da educação começa a refletir sobre as condições dos estudantes para além do espaço escolar, incorporando, fundamentalmente, a dimensão do trabalho nas análises sobre a escola, especialmente de nível médio, mas também de nível superior. Nesse contexto, as categorias de estudante trabalhador e trabalhador estudante ganham presença nas análises. (SPOSITO *et al.*, 1989; CORROCHANO; NAKANO, 2002).

Mais recentemente ao menos duas novidades são observadas: o aumento da presença exclusiva da escola entre jovens adolescentes de 15 a 17 anos, mesmo entre aqueles oriundos das camadas populares (PEREGRINO, 2011; SPOSITO, SOUZA, SILVA, 2018) e um

maior contingente de jovens e adultos trabalhadores na educação superior, considerando a ampliação do acesso a esse nível de ensino. (COMIN, 2011). No primeiro caso, a despeito dos avanços, ainda persiste um contingente de jovens adolescentes que combina estudo e trabalho, e várias análises destacam o quanto sua situação permanece pouco visibilizada pela escola e pelas políticas educacionais de maneira mais ampla. (FRANZÓI; FISCHER, 2019). Em relação à educação superior, o olhar da literatura para os desafios da combinação entre trabalho e estudos nesse nível de ensino, bem como para a necessidade de ações públicas dirigidas a jovens nesse campo, ainda é pouco presente. (VARGAS; PAULA, 2013).

Mas para além da combinação entre trabalho e estudos e dos seus desafios, um outro elemento tem sido apontado como relevante nas análises das transições juvenis: a vida familiar. Como defende Laís Abramo (2021), a partir de análise da situação de atividade de jovens em 18 países da América Latina, é preciso aprofundar o olhar para presença familiar nas trajetórias e transições juvenis entre escola e trabalho. Um esforço nesta direção foi realizado no âmbito da construção e aprovação da Agenda de Trabalho Decente para a Juventude no Brasil, incorporando como um dos eixos prioritários das políticas públicas dirigidas a jovens no campo do trabalho o apoio à combinação trabalho, estudos e vida familiar, mas a implementação das ações ali previstas não se realizou, dada a mudança de contexto político no País. (CORROCHANO; ABRAMO; ABRAMO, 2017).

Partindo desta preocupação, nossa pesquisa não apenas considerou as situações vividas pelos jovens na escola e no mundo do trabalho, mas também as dinâmicas familiares presentes, o que tornou ainda mais central um enfoque de gênero. Há várias décadas os estudos de gênero e o movimento feminista têm enfatizado a importância do gênero para a compreensão do mundo social, bem como as persistentes desigualdades entre homens e mulheres, particularmente considerando o mundo do trabalho, a despeito dos movimentos em algumas fronteiras. (ABRAMO, 2021; MARUANI, 2019). Isto significa incorporar a análise do trabalho não remunerado, como o trabalho doméstico e o cuidado na discussão sobre a transição para a vida adulta, deslocando a centralidade do emprego nos estudos sobre juventude. (MIRANDA; ARANCIBIA, 2018). Dessa forma, o conceito de reprodução social ampliada (DINERSTEIN, 2017) contribui para compreensão das especificidades das trajetórias de transição para a vida adulta de mulheres e homens.

Com diferentes consequências e implicações, as marcas visíveis das desigualdades de gênero no mercado de trabalho podem ser observadas em várias frentes: a diferença de remuneração ou hiato salarial, a jornada de trabalho, a segmentação horizontal do trabalho - ou seja, a incidência de mulheres em certos ramos de atividade mais do que em outros - e verticais - que encontram os homens nos cargos de maior hierarquia, poder e remuneração. Ao mesmo tempo, desde a economia feminista incorpora-se o estudo das formas invisíveis de trabalho, tais como as tarefas domésticas e de cuidado. (RODRÍGUEZ; MARZONETTO, 2015). Trata-se de uma corrente teórica que destaca a importância das tarefas de cuidado e reprodução da vida como uma das bases estruturantes da reprodução ampliada do capital. Há um amplo debate acadêmico sobre como a distribuição desigual das tarefas de cuidado

influencia fortemente a desigualdade de oportunidades entre homens e mulheres. A partir de uma abordagem interseccional, as desigualdades baseadas em raça, classe, gênero e sexualidade são analisadas como identidades sobrepostas em sistemas de opressão que se cruzam e interagem. (COLLINS, 2019; HIRATA, 2014). Nos segmentos de menor renda, a forte presença de padrões tradicionais de gênero aliada à insuficiência dos sistemas assistenciais provoca a menor participação das mulheres jovens na atividade laboral com amplas consequências nas trajetórias de vida.

O trabalho de cuidado exige muita dedicação para as mulheres. Dedicam-lhe cerca de oito horas por dia, o que significa um dia de trabalho em tempo integral; enquanto os homens dedicam esse tempo ao dever da esfera pública. (BATTHYÁNY; FERRARI; SCAVINO, 2015). Essa feminização das responsabilidades domésticas é exacerbada no caso da maternidade, acompanhada de mandatos e expectativas que configuram o desempenho de tarefas para se enquadrar em parâmetros aceitáveis de ser mãe e, assim, construir trajetórias diferenciadas para as jovens. A iniciação precoce das tarefas de cuidado influencia as decisões que as jovens tomam durante a transição juvenil (MIRANDA; ARANCIBIA, 2018), e as maiores responsabilidades que recaem sobre elas podem limitar suas possibilidades de assumir outros tipos de atividades educativas ou laborais, ou mesmo suas atividades de lazer, afetando particularmente mulheres jovens das camadas populares.

A situação dos jovens rotulados como “nem-nem”, termo corrente tanto no debate quanto na literatura para caracterizar a situação daqueles que não estudam e não trabalham, é emblemática das desigualdades de gênero nas trajetórias juvenis. Há várias situações encobertas por essa “dupla inatividade”. Em primeiro lugar, ela não revela a grande quantidade de trabalho doméstico não remunerado exercido sobretudo pelas jovens mulheres no interior dos próprios domicílios, e inclui um conjunto diverso e variado de outras situações, tais como a dificuldade de encontrar trabalho e condições para continuidade dos estudos ou a interrupção temporária do percurso regular de escolarização ou de trabalho para dedicação a algum tipo de formação não escolar. (CORROCHANO; ABRAMO.; ABRAMO, 2017). Dados de pesquisa da CEPAL revelam que em 2019, 72,4% dos jovens que se encontravam nessa situação em países da América Latina eram jovens mulheres que tiveram que abandonar ou interromper seus estudos e não conseguiram inserção no mercado de trabalho, ou tiveram que se retirar, ao menos temporariamente, por estarem dedicadas ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado. As análises também têm revelado que além dos determinantes de gênero, os de renda, raça/ etnia, escolaridade e situação de domicílio têm impacto nessa condição. De modo geral as mulheres jovens das camadas populares, negras e com filhos pequenos são muito mais propensas a estarem nessa situação. (ABRAMO, 2021).

Se as múltiplas combinações entre estudos, trabalho e vida familiar já se configuravam como complexas antes da pandemia (ABRAMO; VENTURI; CORROCHANO, 2020), o que dizer deste período? Para além do desemprego, da precariedade dos vínculos e da maior exposição aos riscos de contaminação em função das

ocupações exercidas, as dificuldades em prosseguir os estudos em função do acesso limitado a equipamentos e sobretudo à conexão, também têm sido elementos destacados. Soma-se a isso, a acentuação da desigual dedicação de jovens mulheres e homens ao trabalho reprodutivo, reforçando as desigualdades econômicas preexistentes. Esses fatores têm tornado evidente a importância dos cuidados para manutenção da vida e a pouca atenção que recebem. Fala-se assim de uma espécie de boom do cuidado (PAUTASSI, 2016), que tem interpelado a agenda das políticas públicas, dos movimentos feministas e da academia.

Apresenta-se a seguir alguns dados relativos a essa complexa combinação e especialmente as desigualdades de gênero entre jovens que trabalhavam em situações onde a pandemia teve seus efeitos mais agudos: aqueles que trabalhavam por conta própria ou que buscavam organizar-se coletivamente para geração de trabalho e renda, tanto no Brasil, quanto na Argentina. (CARVALHO; NOGUEIRA, 2020). Ainda que os perfis dos jovens tenham sido diferentes, chama atenção a homogeneidade relativa às experiências vividas no contexto pandêmico, especialmente pelas mulheres. Se a importância da dimensão familiar e das desigualdades de gênero nas trajetórias de estudo e de trabalho de jovens moradores de regiões periféricas já estavam presentes desde o início de nossa pesquisa, a realização do trabalho de campo no contexto pandêmico tornou ainda mais evidente e relevante sua consideração.

A PESQUISA E O PERFIL DOS INTERLOCUTORES

Embora a pesquisa não tenha assumido uma perspectiva comparada, o trabalho de campo realizado em ambos os países partiu de estratégias metodológicas semelhantes. Realizou-se uma pesquisa-ação que se propôs a também apoiar a formação de jovens pesquisadores nos territórios onde o estudo foi realizado. Como parte desse processo, a participação dos jovens foi incluída no planejamento, execução e análise dos resultados seguindo a metodologia de pesquisa entre pares. (SANTIS *et al.*, 2004). Essa perspectiva está enquadrada nas discussões já clássicas da sociologia sobre a relação entre conhecimento e prática, sujeito e objeto, e ciência e ativismo. Debates travados na América Latina desde os anos 1960 têm procurado refletir sobre a relação entre pesquisadores e pesquisados, considerando o processo de pesquisa-ação em termos de pedagogia libertadora em articulação com um caminho de ação-reflexão-ação transformadora. (BRANDÃO, 1981; FOGEL, 1999; MARTIN-CABRERA, 2014).

Optou-se pela pesquisa entre pares por nos parecer a mais adequada para trabalhar com um grupo social que, por diversos motivos, poderia ser de difícil acesso. Embora em ambos os países os jovens entrevistados vivessem em territórios vulneráveis, na Argentina a pesquisa foi realizada com jovens que passaram por períodos de consumo de substâncias psicoativas ilícitas, e que os colocavam em um lugar de forte estigmatização. Neste caso, a metodologia escolhida permitiu com que fossem entrevistados por pessoas reconhecidas como pares. (CARCAR *et al.*, 2020). No Brasil, ainda que o foco não tenha sido nesse

mesmo perfil, o engajamento de pesquisadores jovens e moradores dos mesmos territórios dos entrevistados foi fundamental, especialmente considerando a mudança significativa do contexto. No caso brasileiro, todo o trabalho de campo foi realizado ao longo da pandemia. Na Argentina, parte relevante do campo ocorreu no mesmo contexto. Nos dois países, a metodologia permitiu que tivéssemos não apenas os jovens entrevistados, mas também investigadores, protagonistas do estudo e parte ativa no processo de pesquisa⁴.

De acordo com evidências disponíveis em estudos anteriores junto a segmentos juvenis (BOWLEY; VERWEIJN-SLAMNESCU, 2010), a metodologia de pesquisa entre pares também possibilita maior equilíbrio de poder na relação entre entrevistadores e entrevistados. Os jovens sentem-se mais à vontade sendo entrevistados por colegas com idades e experiências semelhantes, do que sendo entrevistados por adultos. Além disso, há maior empatia, apesar das diferenças de gênero, raça/etnia e origem, porque compartilham experiências e trajetórias que permitem maior compreensão dos respectivos contextos. No caso do Brasil, uma situação bastante valorizada pelos jovens pesquisadores foi justamente a aproximação com jovens de outras “quebradas”⁵ e o estabelecimento de relações pessoais após a pesquisa, por meio de redes sociais ou aplicativos de mensagem, tendo como pontos de partida os interesses compartilhados e mapeados durante a conversa. (CORROCHANO *et al.* 2021).

. Na Argentina, a primeira etapa da pesquisa – com a aplicação de questionários – foi realizada antes da pandemia, e portanto, de modo presencial, contando com o apoio de sete jovens pesquisadores. Entre setembro e dezembro de 2019, a partir de uma amostra não aleatória, foram aplicados questionários junto a 87 jovens entre 16 e 35 anos que participavam de atividades da Fundação Hogar de Cristo, entidade parceira do projeto, nas zonas oeste, sul e norte da Grande Buenos Aires. A amostra foi constituída por 29,8% de mulheres, 66,6% de rapazes, 2,2% de mulheres trans e 1,1% de homem trans. A renda média familiar era baixa: entre um e dois salários mínimos do Brasil, pela conversão de valores em reais.

A amostra no Brasil, também de caráter não aleatório, foi composta por 208 jovens moradores das periferias leste e sul da cidade de São Paulo, cujo contato aconteceu inicialmente por indicação da organização parceira do projeto – Ação Educativa, organizações e movimentos sociais locais, prosseguindo pela técnica da bola de neve. (ATKINSON; FLINT, 2001). Tanto a aplicação dos questionários, quanto a realização das entrevistas também contou com o apoio de 10 jovens pesquisadores dos territórios, que realizaram todas as atividades de modo remoto. Em termos etários, os jovens entrevistados tinham entre 16 e 35 anos. Nos dois países, ultrapassamos os limites etários do que legalmente considera-se como jovem, 15 a 29 anos, dada a própria identificação dos interlocutores com o segmento juvenil.

Em São Paulo, diversamente do que ocorreu em Buenos Aires, dialogamos com maior percentual de jovens que se identificaram com o gênero feminino - 53%, em relação aos identificados com o gênero masculino – 47%. Nenhum jovem se identificou como

transgênero. Considerando a especificidade do Brasil, a identidade étnico-racial foi importante, prevalecendo na amostra o grupo de jovens autodeclarados negros, 70% contra 27% brancos, 1,5% indígenas e 1,5% amarelos, destacando-se a presença significativa de jovens mulheres e negras: 41,7%. Os rendimentos são baixos, mas ligeiramente elevados em comparação com os jovens de Buenos Aires: metade da amostra tinha renda familiar entre um e dois salários-mínimos e a outra metade entre três e quatro salários-mínimos.

A análise dos dados quantitativos foi realizada por meio do software estatístico SPSS. Em uma segunda etapa foram realizadas entrevistas em profundidade, também contando com a participação dos jovens pesquisadores dos territórios e análise com apoio do software Atlas-ti. No Brasil, decidiu-se entrevistar os mesmos 208 jovens que haviam respondido ao questionário. Na Argentina foram realizadas 20 entrevistas em profundidade. Tanto em São Paulo, quanto em Buenos Aires estas entrevistas foram realizadas no contexto da pandemia de covid-19, mas dadas as diferenças relativas às restrições nos dois países, foram realizadas de modo remoto no Brasil e de modo presencial na Argentina, seguindo os protocolos de segurança vigentes. Nos resultados apresentados a seguir, serão privilegiados tanto dados obtidos pelos questionários, quanto pelas entrevistas em profundidade realizadas em ambos os países.

AS TRANSIÇÕES DE JOVENS DAS CAMADAS POPULARES SOB A PERSPECTIVA DOS GÊNEROS

A análise dos dados nos permite refletir sobre como as desigualdades se manifestam nas trajetórias educativas, laborais e familiares dos jovens. Da mesma forma, evidencia em que medida a pandemia afetou as pessoas que tiveram que viver a transição juvenil naquele período. A partir dos dados coletados, foi possível tornar mais evidente a importância em dar maior atenção à dimensão familiar nos processos de transição, bem como aos entrecruzamentos entre a desigualdade espacial e as desigualdades de gênero que persistem em nossa sociedade. Pesquisas sobre trajetórias juvenis em diferentes contextos sociais e com diferentes grupos de jovens apontam para o modo como a desigualdade espacial e a distribuição desigual de responsabilidades em torno do cuidado familiar (JIRÓN, 2007; SEGURA, 2012) afetam particularmente as mulheres jovens (MIRANDA; ARANCIBIA, 2018), influenciando suas perspectivas de participação econômica. A pandemia aprofundou esta situação devido ao aumento da responsabilidade privada nas tarefas de cuidado considerando o necessário fechamento temporário das escolas, ao mesmo tempo que aprofundou as desigualdades das mulheres no mercado de trabalho e a violência de gênero. (BATTHYÁNY; SÁNCHEZ, 2020).

O perfil dos jovens entrevistados no Brasil e na Argentina era diferente, o que ficou ainda mais evidente ao considerarmos suas situações de trabalho e de estudos. Relativamente à situação laboral antes da pandemia, na pesquisa realizada em 2019 em Buenos Aires, a maioria dos jovens consultados não estava inserida no mercado de trabalho ou procurando

trabalho. Apenas três em cada dez entrevistados trabalhavam, com uma proporção ligeiramente maior entre as mulheres (37%) do que entre os homens (30%). Em relação aos motivos pelos quais os entrevistados declararam não estar trabalhando, 6 em cada 10 homens responderam que não trabalhavam por problemas relacionados ao uso de substâncias psicoativas ou porque estavam em tratamento por esse motivo. No caso das mulheres, as principais explicações foram a gravidez ou as responsabilidades relacionadas ao cuidado dos filhos. (MIRANDA; ARANCIBIA; FAINSTEIN, 2021).

Já em São Paulo, ao serem questionados sobre suas atividades laborais antes da pandemia, apenas 4,9% (sete jovens) afirmaram que não estavam inseridos no mercado de trabalho, sendo 4 homens e 3 mulheres. Entre as mulheres, as dificuldades relativas aos cuidados com filhos menores preponderaram entre as razões para não estarem inseridas, enquanto entre os homens prevaleceram motivos relacionados às dificuldades para encontrar trabalho, considerando a significativa elevação do desemprego desde 2015 no Brasil.

Também havia diferenças substantivas em relação ao tipo de trabalho realizado e aos vínculos de trabalho. Em Buenos Aires predominavam empregos em domicílios particulares para limpeza ou cuidado de pessoas, além dos setores de serviços, gastronomia e coleta de materiais recicláveis, entre as mulheres. No caso dos homens, 28% trabalhavam na área da construção, e em menor escala, afirmaram recolher papelão, trabalhar no comércio e gastronomia, além da produção e venda de medicamentos.

Segundo afirmaram os jovens interlocutores, a maioria dos empregos em que trabalhavam era precário, ou seja, não possuíam aposentadoria, cobertura de riscos ou acidentes de trabalho e previdência social. Apenas 6% dos homens e 20% das mulheres declararam exercer atividade laboral no mercado formal como assalariados. Ainda que boa parte dos jovens no Brasil também estivessem inseridos em empregos sem proteção, havia um percentual mais elevado de jovens assalariados com registro em carteira: 25,2%. Dentre estes, predominavam os rapazes (60%), contra 40% das jovens mulheres. A maior parte encontrava-se inserida em setores tradicionalmente ocupados por jovens, tais como o telemarketing e comércio, especialmente vendas em shoppings. Havia também um segmento trabalhando como prestadores de serviços no setor público, considerando que uma parcela relevante dos jovens de São Paulo atuava em coletivos artísticos e culturais.

As diferenças de perfis também ficaram evidentes ao considerarmos o nível de escolaridade alcançado. Em Buenos Aires oito em cada dez jovens pesquisados (80%) não haviam concluído o ensino médio, e alguns também indicaram não terem concluído o ensino fundamental (quase dois em cada dez, ou seja, 20%). Considerando o gênero, verifica-se que mais homens não concluíram a escolaridade obrigatória (nove em dez homens, contra sete em cada dez mulheres). Os resultados revelam que os grupos que participaram da pesquisa na Argentina não foram alcançados pelos avanços da escolarização, mesmo em um contexto de aumento das bolsas concedidas pelo Estado para promover a conclusão educacional no país. (MIRANDA; CORICA, 2015). No caso brasileiro, a situação era bastante diversa: do total de jovens que responderam aos questionários, 86% declararam terem completado a

educação básica obrigatória (ensino médio) e destes 58% cursaram ou estavam cursando o nível superior. Nenhum jovem não havia completado o ensino fundamental, o que é revelador de um segmento que, diversamente dos jovens interlocutores de Buenos Aires, beneficiaram-se da expansão das oportunidades educacionais, a despeito dos desafios ainda existentes. Corroborando as análises sobre a construção de trajetórias escolares diferenciadas por sexo, que evidenciam o quanto a socialização familiar tende a estimular um desempenho escolar superior das meninas (SENKEVICS; CARVALHO, 2015), mais mulheres haviam conseguido completar o ensino médio, comparativamente aos homens: 55% contra 45% respectivamente.

Em relação à vida familiar, e considerando apenas as questões que foram realizadas nos dois países, enquanto 51% dos jovens em Buenos Aires já tinham filhos (74% das jovens mulheres e 40% dos jovens homens), em São Paulo esse percentual era de 11%, embora também fosse mais elevado entre as jovens.

A despeito dessas diferenças relacionadas à inserção no mercado de trabalho, escolaridade e parentalidade, chamam atenção algumas convergências, sobretudo relacionadas às responsabilidades familiares, que recaiam sobretudo sobre as mulheres. Mesmo antes da pandemia, a maior responsabilidade das jovens pelo trabalho doméstico e de cuidados não remunerados já era uma realidade, tanto entre jovens do Brasil, quanto na Argentina. Os dados permitem lançar luz sobre a atual estrutura de gênero (RISMAN, 2018), o que pode contribuir para analisar as transições juvenis em regiões periféricas.

Pelos relatos da maior parte dos jovens interlocutores, ficou evidente a divisão sexual do trabalho e o espaço atribuído a cada um —o espaço doméstico para as mulheres e o espaço público para os homens, o que também afetava a relação estabelecida com o trabalho. Quando a equipe de jovens pesquisadores indagou sobre as desigualdades entre mulheres e homens no cuidado infantil, um dos pontos destacado foram os compromissos assumidos em relação aos filhos. No contexto de vida dos jovens interlocutores, geralmente são atribuídas às mulheres certas “habilidades” para desempenhar o papel de cuidadoras, recaindo sobre elas as maiores responsabilidades, o que pode limitar suas possibilidades de assumir outros tipos de atividades educativas ou laborais, e mesmo atividades de lazer.

Em relação a esse aspecto apareceram especificamente questões relacionadas à maternidade. Observa-se que se configurou um parâmetro moral de ser mãe, que determinou a lógica familiar de cuidado. A partir disso, dado que na divisão sexual do trabalho o cuidado corresponde às mulheres, há uma carga desigual das tarefas reprodutivas, o que impacta outras dimensões de suas trajetórias, como o trabalho produtivo, os estudos e o acesso à moradia. Estas situações implicam uma elevada vulnerabilidade para as mulheres quando precisam enfrentar sozinhas a criação dos filhos/ filhas em condições de pobreza, responsabilidade que os homens não assumem do mesmo modo. Diferentes formas de discriminação convergem, influenciando tanto as oportunidades quanto as estratégias desenvolvidas pelos jovens que vivem em regiões periféricas. Como reconhece Bia⁶, (20 anos, negra, moradora de um bairro periférico da Zona Sul de São Paulo):

Eu acho que é difícil ser mulher o tempo inteiro. Existe muito machismo em nossa sociedade e ainda existe muito machismo na periferia. Que a mulher tem que fazer tudo. O machismo existe em qualquer lugar, independentemente de ser da periferia, mas na periferia dificulta ainda mais. Parece assim: você é mulher, seu valor diminui. Você é de periferia, diminui mais ainda.

Muitas vezes observa-se uma identidade entre maternidade e cuidado que coloca as mulheres-mães como as mais indicadas para as tarefas de cuidados. Nas palavras de Anzorena (2010), as mulheres acabam por fundir os seus interesses com os das suas famílias e os da comunidade, sendo elas que respondem aos problemas domésticos e à sua extensão, o que promove uma participação que não as caracteriza como cidadãs, e sim como “mães sociais”. A partir disso, pode-se deduzir que as mães estendem seu papel de cuidadoras ao bairro e à comunidade, reproduzindo os estereótipos de gênero e a divisão sexual do trabalho. Os cuidados, no entanto, nem sempre são compreendidos como trabalho, mas como “[...] ajuda, algo bastante observado em contextos sociais de pobreza e de raras iniciativas de políticas públicas dirigidas a essa dimensão.” (GUIMARÃES; VIEIRA, 2020, p. 15).

Diante do maior peso das responsabilidades familiares, muitas jovens constroem estratégias pessoais para conseguir trabalhar, estudar e assumir o cuidado com filhos ou irmãos. Era este o caso de Silvânia, 28 anos, uma das jovens interlocutoras, moradora de um bairro periférico de São Paulo e que se identificou como mulher negra, periférica, mãe solo e jogadora de futebol. cursando o ensino superior com bolsa, trabalhava há dez anos em uma biblioteca comunitária, espaço que escolheu tanto porque queria entender quais eram os seus direitos, e por ter percebido ali uma possibilidade de compatibilizar trabalho e cuidados com o filho: era um espaço em que podia levar a sua criança.

Morando com a mãe e sem apoio do pai de seu filho, sua trajetória é marcada pela busca permanente de combinações entre a vida estudantil, a vida de trabalho, a vida familiar, além de suas atividades esportivas e de militância: havia fundado com colegas do bairro um time de futebol feminino de periferia. Silvânia questionava, no entanto, a ausência de registro em carteira em seu trabalho: “escolhi por ser mais flexível, mas já começo a questionar essa flexibilidade... tive que abrir mão de um registro por ela”.

Diversos trabalhos produzidos tanto no meio acadêmico quanto em organismos estatais e internacionais evidenciaram a magnitude da crise econômica provocada pela pandemia de covid-19 e a crise no mundo do trabalho que isso implicou. A contração econômica levou ao aumento dos níveis de precariedade, com maior impacto nas atividades econômicas altamente feminizadas. (CEPAL, 2021). Além disso, as tarefas de cuidados aumentaram especialmente para as mulheres. Uma jovem entrevistada em Buenos Aires expôs as diversas ações que realizou junto com sua mãe para acompanhar seus irmãos no primeiro ano da escola fundamental:

Meu irmão não podia [continuar com suas aulas remotamente] e nem minha irmã porque não tínhamos wi-fi em casa. A gente tinha que ir no

hospital para tentar pegar wi-fi (...). Os livros que a escola supostamente te dava, a escola não te dava. A gente tinha que pagar. Disse à minha mãe: “Não tens o suficiente para lhes dar um prato de comida e queres comprar um livro”. Então a gente ia na casa da vizinha que era da mesma série da minha irmã e a gente sentava lá, ela, eu e meu irmão para tentar fazer as lições. Eu e minha mãe, a gente tinha que ajudar os dois. (Clara, 29 anos, ensino médio incompleto, sem filhos).

Este novo contexto implicou que as famílias tivessem um papel central no acompanhamento da nova modalidade escolar. As jovens tinham de explicar conteúdos e tarefas aos seus filhos ou seus irmãos para apoiar as atividades escolares. Disto resulta o alargamento das lacunas e desigualdades sociais, uma vez que o tempo disponível para acompanhar —bem como os meios e dispositivos necessários para o fazer— não é igual para todas as famílias. Como vários estudos têm revelado, foram principalmente as mulheres que se encarregaram deste acompanhamento, o que aprofundou a desigualdade na distribuição das tarefas de cuidado. (COUTINHO; MARTINS; CORROCHANO, 2022; UNICEF, 2021). A crise assistencial provocada pelas medidas impostas globalmente pela pandemia de covid-19 tem outra de suas dimensões nesse aspecto.

Da mesma forma, a distribuição desigual das tarefas de cuidado nas residências agravou os problemas associados à geração de renda das mulheres durante a pandemia. Os relatos das duas jovens a seguir, moradoras das periferias de São Paulo e de Buenos Aires, respectivamente, ambas “mães solo”, revelaram suas dificuldades para trabalhar nos períodos de fechamento das escolas, quando tinham que cuidar das filhas.

[...] a questão da geração de renda me afetou, porque estou sozinha. Eu tenho duas meninas que não estão indo para a escola, isso me complica muito. Com a questão da pandemia que as pessoas estão entrando e saindo para cuidar delas, também fica bem mais complicado, então bom, eu mudei e peguei um projeto e outro para colaborar, para gerar outra renda. (Tamara, 32, ensino médio completo, 2 filhos, Buenos Aires)

Agora, o desafio de ser mulher, pra mim é o maior de todos. Mulher periférica, né? Eu acho que é o maior de todos. Porque sempre tem aquela pessoinha maravilhosa que fala: nossa, mas você foi ter filho tão cedo. Nossa, mas com quem fica suas crianças? E às vezes, realmente, não tem com quem ficar as crianças, né?! No momento de pandemia...a escola tá fechada, né?! Aí, você de repente, a tiazinha que ficava com seu filho, a tiazinha não pode ficar porque a tiazinha é grupo de risco. Entendeu? Então, eu tenho meu filho e não tem mais escola, e não tem mais tiazinha. Então, fica bem complicado, assim, né?! Essa parte de ser mulher e ser mulher da periferia. Foi muito difícil. (Day, 29 anos, negra, 2 filhos, cursando ensino superior com bolsa, São Paulo).

Embora entre as novas gerações haja algum progresso em direção à igualdade na divisão das tarefas reprodutivas (FINDLING *et al.*, 2018), a persistência de padrões tradicionais de gênero que naturalizam a associação entre mulher, maternidade e cuidados, junto com a insuficiente provisão pública de serviços de acolhimento (FAUR, 2012),

provoca uma menor participação das mulheres jovens na atividade laboral, o que tem amplas consequências nas suas trajetórias de vida, tanto em termos de rendimentos como de autoestima. Essa situação restringe o acesso das jovens mais vulneráveis ao emprego formal, o que ameaça suas possibilidades de autonomia e desenvolvimento de projetos de vida independentes.

Por outro lado, outro dos problemas que se tornaram altamente visíveis durante a pandemia de covid-19 foi a exclusão digital (CARDINI; D’ALESSANDRE; TORRE, 2020; CEPAL, 2021), que marca desigualdade de acesso à conectividade e aos equipamentos para fazê-lo. A quarentena obrigatória, que significou a continuidade da escolarização pela virtualidade e pela massificação do teletrabalho, revelou a violação de direitos provocada tanto pelas diferenças de competências das pessoas, como pela falta de dispositivos ou precariedade das conexões telemáticas. Assim, pode-se afirmar que o acesso deficiente ou inexistente à conectividade condicionou a garantia de outros direitos, como saúde, educação e trabalho, agravando as desigualdades socioeconômicas. (CEPAL, 2020). Uma jovem de Buenos Aires relatou as dificuldades que teve para continuar sua formação virtualmente:

Ainda estou fazendo o curso virtual de cabeleireiro. É difícil porque você não entende nada (o professor) (...). Como se você estivesse ouvindo um computador na frente porque você não entende nada (...) eles mandam vídeos, mas não, eu não entendo (...) pra mim fica muito complicado. (Clara, 29 anos, ensino médio incompleto, sem filhos).

A dificuldade de conexão e de acesso a equipamentos também tornou ainda mais desigual a combinação que muitas mulheres buscavam realizar entre trabalho, estudos e vida familiar. Silvânia, cujo relato apresentamos anteriormente, tinha apenas o celular para acessar a internet. Era com um único aparelho disponível que assistia aulas na universidade, trabalhava, produzia material e conteúdo para o podcast de seu coletivo, além de disponibilizá-lo para seu filho assistir as aulas. Soma-se a isso, a dificuldade de conexão em seu bairro, que não tinha sinal de rede de celular.

Por fim, diversamente das explicações correntes na grande mídia e até mesmo entre alguns segmentos do campo da saúde, os jovens interlocutores da pesquisa estiveram muito longe de provocar a disseminação do vírus por seu “comportamento de risco”, como resultado de uma indiferença em relação ao contexto da pandemia e sua participação em eventos de lazer e de confraternização, como baladas e festas clandestinas. A maior parte deles, além de expostos a maiores riscos em função da necessidade de continuarem trabalhando, nem sempre de modo remoto, assumiu os cuidados de crianças e de pessoas adultas e idosas em seus domicílios, corroborando perspectiva de Sobrinho e Abramo (2021) sobre as ações da juventude na pandemia.

Se as tarefas de cuidados foram assumidas sobretudo pelas jovens mulheres, as preocupações e os esforços para evitar a contaminação de familiares adultos e idosos também esteve presente entre jovens rapazes. Em muitos casos ambos alteraram suas rotinas de estudos, de trabalho e de lazer, indo em busca de trabalho ou trabalhando para proteger

familiares, ao mesmo tempo em que também se preocupavam em não trazer o vírus para casa, adotando o autocuidado e o cuidado com o outro como objetivo de todas as atividades que realizavam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto nos estudos do campo da educação, quanto nos estudos de juventude, há um reconhecimento cada vez maior do lugar e da importância do trabalho e da combinação entre trabalho e estudos nas experiências e nos trânsitos juvenis para a vida adulta, sobretudo considerando os países da América Latina, como Brasil e Argentina, aqui focalizados.

Nos dois países estamos diante de uma geração que viveu expressivas transformações. Em duas décadas, presenciaram tanto a expansão das oportunidades formais de trabalho e de elevação da renda, quanto a expressiva reversão dessas tendências no período mais recente, com a intensificação da flexibilização e precarização do trabalho, em especial no contexto da pandemia. Viveram a ampliação dos níveis de escolarização, destacando-se o acesso ao ensino superior, em especial para jovens das camadas populares, por meio de ações afirmativas (cotas raciais e sociais) na rede pública e políticas de financiamento e bolsas na rede privada e, ao mesmo tempo, especialmente no caso brasileiro, a expressiva redução de recursos para a educação.

Ao mesmo tempo, também ficaram evidentes as dificuldades para que esses avanços alcançassem toda a população juvenil, particularmente nas camadas populares. Viveram a ampliação do acesso às tecnologias de informação e comunicação e suas limitações, diante do recente contexto da pandemia do novo coronavírus. Em todos esses campos, mesmo nos momentos em que melhorias puderam ser observadas, persistiram padrões elevados de desigualdades incidindo de maneira significativa sobre os mais jovens, considerando níveis de renda, gênero, cor/ raça e local de moradia, ao lado de índices crescentes de violência.

Se as situações de trabalho e de estudos, os avanços e recuos nesses campos, são mais evidentes, tanto para o conjunto da produção acadêmica, quanto para as ainda limitadas políticas públicas (TOMMASI; CORROCHANO, 2020), o mesmo não se pode dizer quando consideradas as dinâmicas familiares (ABRAMO, 2021) e as persistentes desigualdades de gênero nas transições juvenis. (MIRANDA; ARANCIBIA, 2018). A análise aqui apresentada evidenciou o quanto, a despeito de alguns inegáveis avanços, há uma distribuição profundamente desigual do trabalho entre homens e mulheres quando considerada a realidade de trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, sobretudo entre jovens moradores de regiões periféricas. Mesmo quando se pesquisam jovens com níveis diferentes de escolarização, inserção no mercado de trabalho, parentalidade e que vivem em contextos nacionais diversos, há convergências profundas considerando o peso das responsabilidades familiares: tanto entre os jovens interlocutores de São Paulo, quanto de Buenos Aires, essa responsabilização era muito maior para as jovens mulheres, o que ficou ainda mais evidente no contexto da pandemia de covid-19.

A preocupação com a educação e o trabalho, com a qualidade de ambos e com a construção de políticas públicas para jovens nestas esferas, não podem prescindir do olhar para a dimensão familiar e para aquilo que vem sendo reiterado pelos estudos sobre gênero há várias décadas: as lógicas de gênero são fundamentais para compreensão do funcionamento de nossa sociedade.

E se o trabalho marca as experiências e transições juvenis na América Latina, é preciso tomá-lo em sua dinamicidade, de produção e de acesso a bens e serviços, mas também de reprodução ou de produção da própria vida.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W.; VENTURI, G.; CORROCHANO, M. C. Estudar e trabalhar: um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. **Novos estudos Cebrap**, v. 39, n. 3, p. 523-542, 2020. Disponível em: <https://bityli.com/X6LaQ>. Acesso em: 06 dez. 2021.

ABRAMO, L. Jóvenes y familias: políticas para apoyar trayectorias de inclusión. **Políticas Sociales**, Santiago, n. 241, 2021. Disponível em: <https://bityli.com/xe9Si>. Acesso em: 01 dez. 2022.

ANZORENA, C. 'Mujeres': destinatarias privilegiadas de los planes sociales de inicios del siglo XXI - reflexiones desde una perspectiva crítica de género. **Revista de Estudios Feministas**, v. 18, n. 3, p. 725-746, 2010. Disponível em: <https://bityli.com/fSPOB>. Acesso em: 01 jul. 2022.

ARROYO, M. G. O direito do trabalhador à educação. *In*: GOMEZ, C. M. *et al.* (org.). **Trabalho e conhecimento: dilema na educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, 1987.

ARROYO, M. G. **Passageiros da noite: do trabalho para a EJA – itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ATKINSON, R.; FLINT, J. Accessing hidden and hard-to-reach populations: snowball research strategies. **Social research update**, n. 33, p. 1-4, 2001. Disponível em: <https://bityli.com/kklb8>. Acesso em: 02 jul. 2018.

BATISTA, A. A. G.; SILVA, H. C. **Família, escola, território vulnerável**. São Paulo: CENPEC, 2013. Disponível em: <https://bityli.com/3lMyE>. Acesso em: 03 maio 2022.

BATTHYÁNY, K.; FERRARI, F.; SCAVINO, S. Juventud, representaciones sobre el trabajo no remunerado y brechas en el uso del tiempo. Dichos y hechos. *In*: BOADO, M. (coord.). **El Uruguay desde la sociología**. Montevideo, 2015. Disponível em: <https://bityli.com/mDKsy>. Acesso em: 02 fev. 2019.

BATTHYÁNY, K.; SÁNCHEZ, A. S. Profundización de las brechas de desigualdad por razones de género: el impacto de la pandemia en los cuidados, el mercado de trabajo y la

violência en América Latina y el Caribe. **Nueva Época**, n. 25, p. 12-23, 2020 Disponível em: <https://bityli.com/qQI6D>. Acesso em: 30 jul. 2020.

BOWLEY, S.; VERWEIJN-SLAMNESCOU, R. Peer research: how to make a difference. Centre for Child and Family Research. **Catch 22. National Care Advisory Service (NCAS)**, 2010. Disponível em: <https://bityli.com/4ztnM>. Acesso em: 20 ago. 2021.

BRANDÃO, C. R. Pesquisar-participar. In: BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981. p. 9-17.

CAMARANO, A. A. **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

CARCAR, F. *et al.* **Trayectorias rotas**: resultados de la investigación entre jóvenes pares en centros barriales del Gran Buenos Aires. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2020.

CARDINI, A.; D'ALESSANDRE, V.; TORRE, E. **Educar en tiempos de pandemia**: respuestas provinciales al COVID-19 en Argentina. Buenos Aires, 2020. Disponível em: <https://bityli.com/1trjM>. Acesso em: 21 abr. 2021.

CARVALHO, S. S.; NOGUEIRA, M. O. **O trabalho precário e pandemia**: os grupos de risco na economia do trabalho. Mercado de Trabalho. Brasília: IPEA, n. 70, p. 50-68, set. 2020. Disponível em: <https://bityli.com/6MWy6>. Acesso em: 04 jan. 2021.

CEPAL. **La autonomía económica de las mujeres en la recuperación sostenible y con igualdad**. Nações Unidas: CEPAL, 2021. Disponível em: <https://bityli.com/Ty6QW>. Acesso em: 03 dez. 2021.

CEPAL. **Universalizar el acceso a las tecnologías digitales para enfrentar los efectos del COVID-19**. Nações Unidas: CEPAL, 2020. Disponível em: <https://bityli.com/NvOB8>. Acesso em: 01 maio 2021.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciencia e a política do empoderamento. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

COMIN, A. Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção transição escola-trabalho no Brasil. **Novos estudos Cebrap**, n. 91, p. 75-95, nov. 2011. Disponível em: <https://bityli.com/DieyT>. Acesso em: 21 abr. 2020.

CORROCHANO, M. C. *et al.* Colectiva de jóvenes en Brasil: sobre investigación, acción y aliento en tiempos pandémicos. In: ARANCIBIA, M. *et al.* (org.). **Sobre esquinas y puentes**: juventudes urbanas, pobreza persistente y estrategias productivas comunitarias. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, AR: Flacso, 2021.

CORROCHANO, M. C. **O trabalho e a sua ausência**: narrativas juvenis na metrópole. São Paulo: Ed. Annablume: FAPESP, 2012.

CORROCHANO, M. C.; ABRAMO, H. W.; ABRAMO, L. O trabalho juvenil na agenda pública brasileira: avanços, tensões, limites. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, Buenos Aires, v. 22, n. 35, p. 135-169, jan. 2017. Disponível em: <https://bityli.com/9Q6ZW>. Acesso em: 14 abr. 2017.

CORROCHANO, M. C.; NAKANO, M. C. Jovens, mundo do trabalho e escola. In: SPOSITO, M. P. (org.). **Juventude e escolarização (1980-1998)**. Brasília: MEC: Inep: Comped, 2002. p. 95-134.

COUTINHO, L.; MARTINS, M. F.; CORROCHANO, M. C. O trabalho remoto escolar no contexto pandêmico: limites e possibilidades de estudantes da educação básica da região metropolitana de Sorocaba. **ORG & DEMO**, Marília, v. 22, n. 2, p. 223-244, jul./dez., 2022. Disponível em: <https://bityli.com/7VIUn>. Acesso em: 21 abr. 2022.

CUERVO, H.; WYN, J. A longitudinal analysis of belonging: temporal, performative and relational practices by young people in rural Australia'. **Young**, v. 25, n. 3, p. 1-16, 2017. Disponível em: <https://bityli.com/BFKq9>. Acesso em: 22 abr. 2020.

D'ANDREA, T. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos Estudos Cebrap**, n. 39, p. 19-36, 2020. Disponível em: <https://bityli.com/idVxF>. Acesso em: 01 dez, 2022.

DINERSTEIN, A. C. El Trabajo en transición. Crisis, subjetividad, reproducción social ampliada, re-espacialización y la Sociología del Trabajo. **Sociología del Trabajo**, n. 91, p. 27-43, 2017. Disponível em: <https://bityli.com/Rs1DK>. Acesso em: 02 maio 2021.

FAUR, E. El cuidado infantil desde las perspectivas de las mujeres-madres. In: ESQUIVEL, V.; FAUER, E.; JELIN, E. **Las lógicas del cuidado infantil**: entre las familias, el estado y el mercado. Buenos Aires: IDES, 2012, p. 107-164.

FINDLING, L. *et al.*, **Cuidados y familias**: los senderos de la solidaridad intergeneracional. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseo, 2018.

FOGEL, R. Una aproximación teórico-metodológica a la investigación acción. In: FOGEL, R. **La investigación acción socioambiental**: repaso de lecciones destiladas. Assunção: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios (CERI), 1999. p. 24-58. Disponível em: <https://bityli.com/EiTaa>. Acesso em: 07 dez. 2022.

FRANZÓI, N. L.; FISCHER, M. C. O estudante trabalhador na escola pública: um direito negado? **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 27, n. 136, p. 1-23, out. 2019. Disponível em: <https://bityli.com/go1VU>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FRIGOTTO, G. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (org.). **Juventude e sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Instituto Cidadania, 2004. p. 180-216.

GUIMARAES, N. A.; BRITO, M. M. A.; COMIN, A. A. Trajetórias e transições entre jovens brasileiros: pode a expansão eludir as desigualdades? **Novos estudos Cebrap**, v.

39, n. 3, p. 475-498, set. 2020. Disponível em: <https://bityli.com/SdgLi>. Acesso em: 02 abr. 2021.

GUIMARÃES, N. A.; VIEIRA, P. P. As “ajudas”: o cuidado que não diz seu nome. **Estudos Avançados**, n. 34 (98), p. 7-23, 2020.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014. Disponível em: <https://bityli.com/UPivX>. Acesso em: 03 jan. 2020.

JIRÓN, P. Implicancias de género en las experiencias de movilidad cotidiana urbana en Santiago de Chile”. **Revista Venezolana de Estudios de La Mujer**, v. 12, n. 29, p. 2-20, 2007. Caracas: Universidad Central de Venezuela. Disponível em: <https://bityli.com/G91kQ>. Acesso em: 02 jun. 2020.

KERGOAT, D. Le care et l’imbrication des rapports sociaux. In: GUIMARÃES, N. A.; MARUANI, M.; SORJ, B. (org.). **Genre, race, classe: travailler en France et au Brésil**. Paris: Harmattan, 2016. p. 11-23.

KOWARICK, L.; MARQUES E. M. **São Paulo: novos percursos e atores**. São Paulo: Ed. 34, 2011.

MADEIRA, F. R. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 58, p. 15-48, ago. 1986.

MARTIN-CABRERA, L. Ciencia, compromiso y cambio social. Textos de Orlando Fals Borda. In: FARFÁN, N. A. H.; GUZMÁN, L. L. (comp.). **Polis**, Santiago, v. 13, n. 38, p. 637-641, ago. 2014. Disponível em: <https://bityli.com/G9S4S>. Acesso em: 07 dez. 2020.

MARUANI, M. Introdução. O adeus ao trabalho, e aí? In: MARUANI, M. (org.). **Trabalho, logo existo: perspectivas feministas**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. p. 11-17.

MIRANDA A.; ARANCIBIA M.; FAINSTEIN, C. Estrategias comunitarias de construcción de oportunidades de juventudes en situación de vulnerabilidad. **Revista Reflexiones**, v. 100, n. 2, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://bityli.com/H5QQW>. Acesso em: 02 abr. 2022.

MIRANDA, A. Aportes para una lectura crítica del vínculo entre la juventud, la educación y el mundo del trabajo. In: MIRANDA, A. (org.). **Sociología de la educación y transición al mundo del trabajo**. Buenos Aires: Teseo, 2015. p. 77-102.

MIRANDA, A.; ARANCIBIA, M. La ambición es autobiográfica: género, espacio y desigualdad social entre jóvenes mujeres en el Gran Buenos Aires. **Revista Sudamérica**, n. 9, p. 95-116, 2018. Disponível em: <https://bityli.com/eLH1F>. Acesso em: 22 abr. 2020.

MIRANDA, A.; CORICA, A. Las actividades laborales y extraescolares de jóvenes de la escuela secundaria en la Argentina de principios del siglo XXI. **Perfiles educativos**, n. 37, p. 100-118, 2015.

NOSELLA, P. Trabalho e perspectivas de formação dos trabalhadores: para além da formação politécnica. **Revista Brasileira de Educação** v. 12, n. 34, p. 137-151, 2007. Disponível em: <https://bityli.com/Y51O7>. Acesso em 01 dez. 2021.

PAIS, J. M. **Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro**. Porto, Âmbar, 2001.

PAUTASSI, L. C. Del “boom” del cuidado al ejercicio de derechos. **Revista Internacional de Derechos Humanos**, Associação Direitos Humanos em Rede, São Paulo, v. 13, n. 24, p. 2-14. 2016. Disponível em: <https://bityli.com/kyN3K>. Acesso em: 22 abr. 2018.

PEREGRINO, M. Juventude, trabalho e escola: elementos para análise de uma posição social fecunda. **Cad. Cedes**, v. 31, n. 84, p. 275-291, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://bityli.com/UEXoL>. Acesso em: 02 abr. 2021.

RISMAN, B. J. Gender as a social structure. In: RISMAN, B. J. (org.). **Handbook of the Sociology of Gender**. Springer: EUA, 2018. p. 19-43.

RODRÍGUEZ, E. C. M.; MARZONETTO, G. L. Organización social del cuidado y desigualdad: el déficit de políticas públicas de cuidado en Argentina. **Revista Perspectivas de Políticas Públicas**, v. 4 n. 8, p. 103-134, 2015. Disponível em: <https://bityli.com/USnJE>. Acesso em: 02 maio 2016.

SANTIS B, R. *et al.* Implementación de la Entrevista de Acceso Privilegiado para caracterizar consumidores de pasta base de cocaína. **Rev. chil. neuro-psiquiatria**, v. 42, n. 4, p. 273-280, oct. 2004. Disponível em: <https://bityli.com/y5Y55>. Acesso em: 07 dez. 2022.

SARAVÍ, G. A. Segregación urbana y espacio público: los jóvenes en enclaves de pobreza estructural. **Revista de la CEPAL**, n. 83. p. 33-48, 2004. Disponível em: <https://bityli.com/SN4rv>. Acesso em: 07 dez. 2020.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12 n. 34, p. 182-165, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://bityli.com/iQHqZdG>. Acesso em: 02 abr. 2021.

SEGURA, R. Elementos para un crítica de la noción de segregación residencial socio-económica: desigualdades, desplazamientos e interacciones en la periferia de La Plata. **Revista del Área de Estudios Urbanos**, n. 2, p. 106-132, 2012.

SENKEVICS, A.; CARVALHO, M. P. Casa, rua, escola: gênero e escolarização em setores populares urbanos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 45, n. 158, p. 944-968, out./dez. 2015. Disponível em: <https://bityli.com/dub2E>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SOARES, A. Tão longe, tão perto. **Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho**, n. 26, p. 89-117, 2011. Disponível em: <https://bityli.com/IIMHB>. Acesso em: 01 jul. 2020.

SOBRINHO, A.; ABRAMO, H. W. A juventude na mira da pandemia. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 25 abr. 2021. Disponível em: <https://bityli.com/bhf5s>. Acesso em: 02 maio 2021.

SPOSITO, M. P. *et al.* (org.). **Trabalhador-estudante**: um perfil do aluno do curso superior noturno. São Paulo: Loyola, 1989.

SPOSITO, M. P.; SOUZA, R.; SILVA, F. A. e. A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. **Educação e Pesquisa**. v. 44, 2018. Disponível em: <https://bityli.com/4j15V>. Acesso em: 20 nov. 2022.

TELLES, V. S.; CABANES, R. (org.). **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006.

TOMMASI, L. de; CORROCHANO, M. C. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 34, n. 99, p. 353-371, 2020. Disponível em: <https://bityli.com/jWcIG>. Acesso em: 7 dez. 2022.

UNICEF y Dirección Nacional de Economía, Igualdad y Género. **Desafíos de las políticas públicas frente a las crisis de los cuidados**: el impacto de la pandemia en los hogares con niños, niñas y adolescentes a cargo de mujeres. UNICEF, 2021. Disponível em: <https://bityli.com/nL3O2>. Acesso em: 02 jul. 2022.

VARGAS, H. M.; PAULA, M. de F. C. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado”. **Avaliação**, v. 18, n. 2, p. 459-85, 2013. Disponível em: <https://bityli.com/XPHPK>. Acesso em: 04 jan. 2020.

WARR, D. The ambivalent implications of strong belonging for young people living in poor neighborhoods. *In*: WYN, J.; CAHILL, H. (org.). **Handbook of children and youth studies**. Singapore: Springer, 2015. p. 665–677.

AUTORIA:

* Doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo. Professora Associada II da Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba. Bolsista Produtividade CNPq. Nível 2. Contato: mcarla@ufscar.br

** Doutorado em Ciências Sociais pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Argentina). Pesquisadora Assistente do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. Contato: m2arancibia@gmail.com

*** Doutorado em Ciências Sociais pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Argentina). Pesquisadora da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales/ Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas. Professora da Universidade de Buenos Aires. Contato: amiranda@flacso.org.ar

COMO CITAR ABNT:

CORROCHANO, M. C.; ARANCIBIA, M.; MIRANDA, A. Transições juvenis na Argentina e no Brasil: trabalho, educação e família. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 22, p. 1-24, 2022. DOI: 10.20396/rho.v22i00.8671757. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8671757>. Acesso em: 21 dez. 2022.

Notas

- ¹ Neste artigo, o foco serão os jovens entre 16 e 35 anos, ou seja, apenas aqueles em idade legal para trabalhar, em conformidade com a Convenção da OIT n. 138/1973 sobre a idade mínima para admissão no trabalho, ratificada pelo Brasil e pela Argentina.
- ² Há uma extensa literatura em torno da noção de periferia e de seus modos de apropriação pelos sujeitos e sujeitas. No âmbito deste artigo será utilizada para fazer referência a espaços criados em metrópoles marcadas por desigualdades socioespaciais, e que associam localização periférica, isolamento espacial, alta concentração de baixa escolaridade e renda, além de acesso reduzido a direitos básicos, dentre outros aspectos, contribuindo para reprodução das desigualdades e da pobreza. Estes espaços também são marcados por violência e fraca presença da ação estatal. Ao mesmo tempo são espaços onde também podem se observar sociabilidades diversas no âmbito familiar e comunitário, além de imbricamentos entre o legal, ilegal, formal, informal, lícito e ilícito. (TELLES; CABANES, 2006; KOWARICK; MARQUES, 2011; D´ANDREA, 2020).
- ³ O projeto contou com apoio da Fapesp. Processo n. 2018-12094-3 – Projeto *Coletiva Jovem*: um projeto de pesquisa-ação de suporte a coletivos juvenis de trabalho e renda nas periferias de São Paulo e Buenos Aires. É também parte de projeto de pesquisa realizado com apoio do CNPq, Processo n. 315164/2020-4 (CNPq Nº 09/2020 - Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PQ, Nível 2)
- ⁴ Além do envolvimento de jovens pesquisadores, a pesquisa contou com parcerias envolvendo entidades da sociedade civil. No caso da Argentina, a parceria foi realizada com a Fundação Hogar de Cristo e no caso brasileiro, com a ONG Ação Educativa.
- ⁵ “Quebrada” é um termo comum utilizado especialmente por jovens moradores de periferias de São Paulo para referir-se ao seu local de moradia.
- ⁶ Para preservar o anonimato dos jovens, todos os nomes são fictícios.